

Os movimentos da História a partir do livro *Jinga de Angola: a rainha guerreira da África*, de Linda Heywood (2019)

The movements of history based on the book *Jinga de Angola: a rainha guerreira da África*, by Linda Heywood (2019)

Júlia Tainá Monticeli Rocha¹

juliatainamonticeli@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0958-2022>

É na capacidade de negociação e manipulação combinadas com o conhecimento de práticas culturais locais que se destaca a rainha objeto de estudo do livro da pesquisadora Linda Heywood, na obra *Jinga de Angola: A rainha guerreira da África*, no qual se centra a escrita desse trabalho. Através da trajetória da rainha Jinga ou Ginga Ambande ou Ambandi (em quimbundo: Nzinga Mbande ou Nzinga Mbandi) (1582-1663), podemos compreender o espaço de influência no contato inicial, marcado por negociações e invasões, entre o povo ambundu² e os portugueses. A escrita envolvente de Linda Heywood nos leva aos fatos relatados, durante o século XVII, quando o lucrativo comércio de tráfico de escravos do Atlântico sofreu com a oposição dos reis de Ndongo³, inicialmente interessados na exploração da prata, do cobre e do sal, mas com planos de invadir as terras do reino de Monomotapa (atual Zimbábue) para a exploração de suas lendárias minas de ouro⁴. Não localizando os minérios desejados, o rei Felipe II⁵ suspendeu as atividades de extração para se dedicar ao comércio do tráfico de escravos.

A autora Linda Heywood é professora da Universidade de Boston, Massachusetts (EUA), e tem doutorado em História Africana pela Universidade de Columbia. Trabalhou também na Universidade Estadual de Cleveland, entre 1982 e 1984, e na Universidade de Howard, entre 1984 e 2003. É pesquisadora, autora de livros e consultora de exposições na área de História da África. Em 2008, foi a ganhadora do Prêmio Herskovits por seu livro *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1585-1660*. No Brasil, o livro ganhou uma tradução pela Editora Contexto, em 2008, com o título *Diáspora Negra no Brasil*. Seu livro *Jinga: a rainha guerreira de Angola* foi publicado no Brasil em 17 de janeiro de 2019 pela Editora Todavia. O livro dedicado a Jinga conta com 320 páginas, divididas em sete partes que contam cronologicamente a trajetória de vida da rainha. Conta ainda, em sua versão brasileira, com um posfácio escrito por Luís Felipe de Alencastro⁶.

O livro é rico em detalhes e extenso em investigação, mas revela ainda características de uma obra biográfica. Não apenas a liderança de Jinga é destacada nas sete partes da obra, mas seu gênero e seu poder adaptativo são detalhes importantes para Linda Heywood. Entre os manuscritos da literatura missionária do século XVII, a composição visual do livro é rica em repertório iconográfico,

¹ Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Avenida Ipiranga, nº 6681. Bairro Partenon. 90619-900 Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Os Mbundu, Ambundu ou ambundos são o segundo maior grupo étnico que ocupa a atual Angola; sua língua é o Kimbundu ou quimbundo.

³ Reino do Dongo, Andongo (em quimbundo: Ndongo) ou Angola (Ngola) foi constituído pelo povo ambundo. Localizado ao sul do Reino do Congo entre os rios Cuanza e Dande.

⁴ Nesse período, os reinos de Portugal e Espanha estavam unidos, no início do período da União Ibérica.

⁵ Felipe II (1527-1598) foi rei de Espanha entre 1556-1598 e rei de Portugal entre 1581-1598. Foi rei de Nápoles e Sicília em 1554 e rei da Inglaterra e Irlanda durante seu casamento com a rainha Maria I, entre 1554 e 1558. Durante seu reinado, conhecido também como o século do ouro espanhol, a Espanha aumentou suas riquezas através de sua influência e seu poder.

⁶ Luiz Felipe de Alencastro é historiador e cientista político brasileiro.

incluindo mapas e fotografias da correspondência da rainha ao longo da obra e essenciais para sua compreensão.

A introdução centra-se no nascimento de Jinga, em 1582, apresentando elementos para o entendimento da leitura do restante do livro, como aspectos geográficos, mas também a organização social dos povos da região e uma pequena discussão sobre os estereótipos que reforçam uma suposta subalternização das mulheres do Ndongo. A primeira parte do livro é intitulada “O Reino do Ndongo e a invasão portuguesa”; utiliza como fontes históricas as cartas de padres e missionários que estiveram na região e remonta a aspectos importantes anteriores ao nascimento de Jinga, a membros da linhagem real e à consolidação do poder do Reino do Ndongo. A segunda parte, “Crise e ascensão de Jinga”, é marcada pelo avanço dos portugueses na região; o intenso tráfico de escravos estabelecido pelos portugueses e sua influência cristã levam a autora a escrever sobre o emblemático encontro de Jinga com as autoridades portuguesas em uma missão diplomática em 1622. Na parte seguinte, “Uma rainha combativa”, relata-se a ascensão de Jinga como liderança do Reino do Ndongo após a morte de seu irmão. Em “Política traiçoeira” há uma discussão importante sobre o conflito gerado pelos portugueses por sua incapacidade de reconhecer uma mulher em um cargo de liderança. A quinta parte, “Guerra e diplomacia” está centrada nas habilidades e estratégias da rainha, entre, 1630 e 1648, nos conflitos militares e diplomáticos protagonizados entre o seu reino e os portugueses. Na sexta parte, “Um ato de equilíbrio”, percebemos a vida da rainha com 66 anos e sua insistente defesa de seu direito de governar um reino independente e o estabelecimento de um singular tratado de paz com os portugueses. A última parte, “A caminho dos ancestrais”, Heywood reserva para os últimos sete anos de vida de Jinga e as transformações políticas sofridas por seu reino que o tornaram cristão e estável com a garantia de continuidade do reinado pela sua irmã, Kambu.

Luanda foi um dos maiores portos de escravos do continente, capturando e escravizando milhares de africanos ao longo dos séculos. Mas esse comércio não cresceu apenas com os esforços dos portugueses; grandes líderes africanos foram responsáveis pelo comércio de milhares de pessoas, do interior do continente até sua venda, nos portos do Atlântico. Portanto, o alto número do comércio de escravos só pode ser compreendido se estudarmos

atentamente os movimentos das populações africanas no seu continente. Os portugueses inicialmente mantinham pouco controle sobre as áreas do interior do território. Dependiam, exclusivamente, para o seu comércio das negociações com o rei ambundo centrado na figura de Ngola⁷ Mbandi. Porém, o controle e a resistência do rei ambundo provocaram uma reação violenta dos portugueses. As tensões levaram a inúmeros conflitos entre os dois reinos.

O avanço português no território africano para aumentar os lucros do tráfico de escravos no Atlântico enfraqueceu o reino de Mbande a Ngola sobre as províncias que até então mantinha sob seu controle⁸. Segundo Heywood (2019) estima-se que 50 mil escravos foram enviados de Angola para o Brasil, entre 1575 e 1578, em grande parte escravizados no território do Ndongo. À medida que os portugueses conquistavam mais território, os números de escravizados aumentavam ainda mais. O impacto da deportação de um alto número de pessoas, afirma a pesquisadora Heywood (2019), causou a perda dos territórios sob o controle do líder ambundo. Mbande a Ngola decidiu tentar negociar com os portugueses através de um acordo diplomático. Segundo Catarina Madeira Santos (2006), os tratados de vassalagem garantiram a soberania portuguesa a partir do governo central localizado em Luanda. Parte das negociações ambundos propostas para o reino estrangeiro garantiria o acesso de mais jesuítas ao interior do território e a própria conversão do rei de Ndongo para o catolicismo. Porém, suas tentativas diplomáticas, desde 1599, mostraram-se um fracasso.

Em 1612, a situação do seu reinado se agravava; segundo Heywood (2019), os constantes saques, assassinatos e roubos minavam qualquer possibilidade de relações pacíficas entre Mbande a Ngola e os portugueses. O momento de novas negociações só ocorreu quando um novo governador, João Correia de Sousa, substituiu Luís Mendes de Vasconcelos, em 1621. A decisão do rei de Ndongo foi determinante para o acordo diplomático que planejava; designou sua irmã Jinga⁹ como embaixadora do reino do Ndongo junto com uma delegação encarregada de discutir os termos de paz. Ao receber o título de Nzinga Bande Gambole, estava autorizada a negociar em nome do seu rei-irmão. Esse fato marcou Jinga como a primeira pessoa integrante das famílias reais do Ndongo a entrar na cidade de Luanda. Sua chegada à capital da colônia portuguesa é evidenciada pelos registros¹⁰ contendo re-

⁷ O título real na língua quimbundo, Ngola, foi o nome utilizado pelos portugueses para designar a região do sudoeste africano de Angola.

⁸ Outra característica da sociedade do Ndongo era a sua composição por indivíduos livres e não livres; os kijikos eram servos e consideradas patrimônio estatal; os mubikas eram os escravos em sentido tradicional (Heywood, 2019).

⁹ Jinga, nesse momento, vivia no reino de Matamba, a leste de Ndongo; desde a disputa pelo trono com seu irmão, retirou-se para um exílio voluntário em um território onde mantinha inúmeros seguidores, aproveitando-se de um relativo poder na região.

¹⁰ Todas as suas histórias, antes de 1640, são baseadas na oralidade de muitos portugueses, ou seja, dos opositores de Jinga. Esse fato marca a maioria dos seus relatos com uma visão pouco positiva da rainha. Importa ainda destacar que o principal registro histórico de sua vida foi feito pelo missionário capuchinho italiano Giovanni Cavazzi (1621-1678), conhecido por suas viagens ao interior angolano no século XVII.

latos de sua comitiva. O tratamento reservado a ela, em sua recepção na cidade, tornou claro que o governador português considerava Ngola Mbande um dos principais líderes africanos da região.

Em sua audiência oficial com o governador Correia de Sousa, Jinga propôs a paz dos reinos, devolvendo pessoas escravizadas que os portugueses reivindicavam como suas, e que assim cessariam os ataques militares. Prometeu a conversão do rei de Ndongo ao cristianismo, desde que ambos os reinos se apoiassem mutuamente, e recusou o pagamento anual de tributo em escravos¹¹ à coroa de Portugal. Quando os portugueses tornaram evidentes suas desconfianças quanto a um acordo de paz, Jinga utilizou sua última e mais importante estratégia: ela mesma se ofereceu a estudar o cristianismo e ser batizada em uma igreja católica.

O batismo de Jinga marcou o sucesso da embaixadora ao garantir um tratado de paz entre Portugal e o Ndongo. É uma entre as inúmeras conquistas da trajetória de Jinga. Enquanto estava em Luanda, Jinga utilizou os trajes abundos; compreendendo rapidamente a postura e etiqueta aristocrática, a embaixadora impressionou os oficiais portugueses. Utilizou diversos tecidos e muitas penas coloridas, chamando a atenção para o seu poder econômico. Os outros membros de sua embaixada também foram descritos como vestidos de maneira adequada aos moldes europeus, sem, entretanto, retirar as vestes tipicamente abundo. Jinga soube interpretar os costumes portugueses e utilizá-los como estratégia política. Suas atitudes, segundo Heywood (2019), mostraram-se essenciais para firmar o acordo de paz e manter a soberania do território que, um dia, seria seu reino. Ao tornar-se figura central das negociações, mostrou amplo conhecimento sobre questões políticas, econômicas e geográficas sensíveis aos dois reinos no continente africano. Suas habilidades não eram apenas teatrais; debatia com os portugueses, e não há registros históricos de sua sujeição a outro rei, apenas ao Ngola Mbande.

Outra importante evidência de sua incrível inteligência e perspicácia está na sua resposta para a ausência de bancos durante a audiência supracitada. Percebeu a maneira portuguesa de humilhar os líderes africanos: enquanto o governador de Portugal sentava-se em uma cadeira ricamente ornamentada, os criados ofereciam assento aos visitantes e líderes do continente africano no espaço do chão, e, assim, ficavam visivelmente menores frente à figura do governador. Quando chegou o dia da audiência de Jinga, com apenas um olhar, uma de suas acompanhantes ficou de bruços no chão para ser utilizada como cadeira pela embaixadora. O ato de

submissão da mulher evidenciava o poder e influência de Jinga perante seu povo. Os interesses da Coroa obrigaram o governador português a aceitar aquilo que foi percebido como uma terrível insolência (Azevedo, 1949). Para Glasgow (1982), Jinga era astuta o suficiente para perceber que as articulações com os portugueses deveriam ser cuidadosas. Ao fim das negociações, o governador prometeu a amizade mútua com a região de Matamba, onde Jinga consolidara sua própria liderança. Para Heywood (2019), a combinação da exibição de orgulho pelas tradições e pela cultura do Ndongo, seu uso esperto de seu gênero e sua sagacidade política foram os elementos utilizados por ela durante sua passagem pela cidade. Seu sucesso político contrastava com as derrotas em batalhas com os portugueses de seu rei e irmão.

A escrita de Linda Heywood (2019) atribui a Jinga uma atitude inflexível para se tornar a rainha de seu povo. Ela necessitou recorrer a um casamento com um dos líderes dos grupos guerreiros de Imbangala¹² para fortalecer seu exército e aumentar o número de seus guerreiros. Esse fato demonstra a habilidade de sua compreensão, adaptação e uso das mais diferentes culturas com as quais manteve contato. Apesar da garantia de paz conquistada, a substituição novamente do governador português foi motivo para o cessar-fogo ser rompido. Os conflitos retornaram no Ndongo, e, com a morte de seu irmão Ngola Mbande, Jinga tornou-se a rainha de todo território de Ndongo e de Matamba unificando os dois territórios sob o seu domínio. Em pouco tempo, já havia se concretizado como uma das maiores lideranças africanas de que se tem registro histórico.

Vários meses se passaram até que Jinga organizou seus soldados para enfrentar os soldados portugueses como a rainha do Ndongo e de Matamba. Foi o início de um longo período que marcou a mitologia em torno de sua figura. Como se sabe, grandes mistérios rondaram sua trajetória de vida, como a morte de seu irmão e rei; dessa forma, ela deu origem às mais diversas lendas e histórias.

Sua influência não se limitou apenas ao continente africano; atravessou o Atlântico e parou diretamente nas terras brasileiras, um caminho que muitos dos seus escravos, súditos e guerreiros também enfrentaram durante o período do tráfico no Atlântico. Por exemplo, a figura da rainha está presente na tradição da congada, manifestação cultural afro-brasileira na qual o rei do Congo e a Nzinga são coroados e simbolizam a adaptação de elementos culturais africanos no Brasil.

Ela não foi escolhida a rainha de seu povo após a morte de seu pai, mas tornou-se rainha com a morte do

¹¹ Imposição de pagamento anual exigido pela administração portuguesa como meio de controle político, econômico e militar aos líderes africanos da região.

¹² Os imbangalas, bangalas ou imbangalas eram um grupo étnico nômade que entrava em conflito constante com os povos da região desde o século XVI.

irmão e foi uma das maiores líderes do seu tempo. Seu reinado durou um longo período, 40 anos, e foi uma forte oposição aos interesses portugueses na região. Defendeu suas tradições e culturas, mas se converteu ao cristianismo e solicitou, ao final da sua vida, um enterro católico na igreja que mandou construir. A mesma rainha que se casou com um homem do povo rival para aumentar o seu próprio poder militar lutou contra os avanços da invasão portuguesa para alimentar o tráfico de pessoas escravizadas no Atlântico, e também aquela que vendeu os próprios escravizados aos portugueses.

É importante destacar alguns aspectos em relação aos quais a investigação de Linda Heywood contribui para o avanço do tema foco de seu estudo; em primeiro lugar, é uma obra de extraordinária importância sobre um período e uma figura de extrema relevância para a História de Angola. A pesquisadora se preocupou em avançar para além dos estereótipos ou categorizações feitas sobre tal figura, contribuindo para uma leitura que, ao mesmo tempo, é especializada, mas também pode ser lida por aqueles que não têm um conhecimento prévio sobre o assunto; e, por fim, Linda Heywood avança nas discussões de gênero ao revelar uma figura histórica que enfrentou a hierarquia fixa de gênero promovida pela influência portuguesa na região.

A importância desse livro se insere entre outras relevantes investigações realizadas sobre a rainha Jinga, como o livro de Selma Pantoja *Nzinga Mandi: mulher, guerra e escravidão*, preocupado com a memória e as representações de Jinga, e a obra organizada pela pesquisadora Inocência Mata, o livro *Nzinga Mbandi: história, memória e mito*, que reúne diversas comunicações promovendo novas abordagens e perspectivas sobre a rainha Jinga.

A história da rainha foi mobilizada de diversas maneiras até o passado recente do país. Muitos foram os escritores e políticos, entre eles Agostinho Neto, líder revolucionário do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)¹³ e primeiro presidente de Angola, que utilizaram a representação simbólica da rainha e a transformaram em símbolo nacional, comprovando os mais diversos usos da representação da imagem de Jinga. Sua história inspirou uma série de filmes e livros, seu rosto estampa a moeda de 20 kwanzas e seu nome é homenageado em ruas e escolas. Esse fato contribuiu para Jinga tornar-se um dos ícones da independência de Angola, em 1975, muitos séculos após sua morte, em 17 de dezembro de 1663.

Mesmo que Jinga defendesse o território e os interesses do seu próprio povo ambundu, e não do território atual que conhecemos como Angola, nos dias atuais, o

consenso estabelecido é de que ela representa uma espécie de resistência angolana aos portugueses. Nesse sentido, há necessidade de refletir sobre as construções imagéticas e discursivas sobre o continente africano, como estabelece o trabalho de Mudimbe (2013) ao descrever a África, após o século XV, como uma invenção. Os diversos debates acadêmicos contemporâneos propiciaram a publicação de autores que se comprometiam em desmistificar a África construída e inventada até então, a exemplo de Adichie (2008), Achebe (2009) e Mbembe (2001). Entre uma multiplicidade de interpretações estabelecidas, o livro de Linda Heywood (2019) centra-se na figura que evidencia modificações e adaptações da cultura do povo ambundu a novas realidades.

Nem guerreira ou bruxa, Jinga extrapola qualquer definição preconcebida ou estereótipo de gênero. Sua trajetória precisa ser compreendida no seu contexto histórico, político e econômico através da documentação histórica que lança luz sobre parte de sua vida, evidenciando que Ngola Nzinga Mbande foi uma mistura complexa dos diversos papéis que assumiu ao longo de sua vida. Quando representava suas práticas culturais com o seu próprio povo ou quando negociava diretamente com os portugueses a partir de suas referências, existiram muitas Jingas entre as linhas das páginas que registraram sua vida. Entretanto, a rainha provou seu poder de adquirir rapidamente conhecimento para utilizá-lo em seu próprio benefício. Nesse sentido, as palavras de M'Bokolo (2007) e Ki-zerbo (2009) são extremamente importantes quando afirmam que devemos olhar para o protagonismo dos povos africanos; essa é a questão primordial para a compreensão da própria História do continente.

Por fim, a escrita desse trabalho não é uma crítica acabada e definitiva sobre o livro de Linda Heywood. Pelo contrário, as multiplicidades de interpretações do mesmo evento histórico são um elemento crucial para a historiografia. Essa escrita, portanto, pretendeu apenas uma pequena reflexão sobre a obra, para que juntamente a outros trabalhos históricos possamos pensar os movimentos dos povos que formam o continente africano e prosseguir com o debate acadêmico, político e social que envolve os diversos aspectos de Nzinga Mbande de Ndongo e de Matamba.

Referências

- ACHEBE, C. 2009. *O mundo se despedaça*. São Paulo, Companhia das Letras. 240 p.
- ADICHIE, C. N. 2008. *Meio sol amarelo*. São Paulo, Companhia das

¹³ O Movimento Popular de Libertação de Angola foi um dos movimentos revolucionários que participou da luta armada de libertação nacional. Após 1975, tornou-se o partido político angolano que governa o país desde sua independência.

- Letras. 504 p.
- AZEVEDO, J. M. C. 1949. *Jinga, Rainha de Matamba*. Braga, Oficinas Gráficas Augusto Costa. 323 p.
- GLASGOW, R. A. 1982. *Nzinga: resistência africana à investida do colonialismo português em Angola, 1582-1663*. São Paulo, Perspectiva. 197 p.
- HEYWOOD, L. M. 2019. *Jinga de Angola: a rainha guerreira da África*. São Paulo, Todavia. 320 p.
- KI-ZERBO, J. 2009. *História da África negra*. Vol. I. Mem Martins, Publicações Europa-América. 464 p.
- MATA, Inocência (Org.). 2012. *Nzinga Mbandi: história, memória e mito*. Lisboa, Edições Colibri. 223 p.
- M'BOKOLO, E. 2007. *África negra: História e civilizações – do século XIX aos nossos dias*. Lisboa, Edições Colibri. 754 p.
- MBEMBE, A. 2001. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, 01:172-209. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2001000100007>. Acesso em: 10/10/2021
- MUDIMBE, V. Y. 2013. *A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Lisboa, Edições Pedagogo. 416 p.
- PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília, Editora Thesaurus, 2000. 176 p.
- SANTOS, Catarina Madeira. 2006. Escrever o poder: os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu. *Revista de História*, 155:81-95. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i155p81-95>. Acesso em: 10/10/2021.

Submetido em: 14/04/2020

Aceito em: 17/06/2020